

# EM DEBATE

Opinião Pública e Conjuntura Política

# 2010

Grupo de Pesquisa “Opinião Pública: Marketing Político e Comportamento Eleitoral”



## DOSSIÊ: MÍDIA GANHA ELEIÇÃO?

John Dryzek  
Dalmir Francisco  
Vera Chaia  
Luiz Lourenço



## OPINIÃO

Dalmo Dallari  
Aquiles Magide

Universidade Federal de Minas Gerais  
Av. Presidente Antônio Carlos, 6627  
Campus Pampulha - CEP: 31.270-901  
Belo Horizonte - MG - Brasil  
Tel: (31) 3409-5007



# **GRUPO DE PESQUISA OPINIÃO PÚBLICA: MARKETING POLÍTICO E COMPORTAMENTO ELEITORAL**

## **Em Debate**

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política

## **Missão**

Publicar artigos e ensaios que debatam a conjuntura política e temas das áreas de opinião pública, marketing político, comportamento eleitoral e partidos.

## **Coordenação:**

Helcimara de Souza Telles, UFMG

## **Conselho Editorial**

Antônio Lavareda – IPESPE

Aquilles Magide – UFPE

Cloves Luiz Pereira Oliveira – UEFS

Dalmir Francisco - UFMG

Denise Paiva Ferreira - UFG

Gustavo Venturi Júnior - USP

Helcimara de Souza Telles - UFMG

Heloisa Dias Bezerra - UFG

Julian Borba - UFSC

Luciana Fernandes Veiga – UFPR

Luiz Ademir de Oliveira - UFSJ

Luiz Cláudio Lourenço - UFBA

Malco Braga Camargos, - PUC-MINAS

Marcus Faria Figueiredo – IUPERJ

Rubens de Toledo Júnior – UFBA

Silvana Krause – UFG

Yan de Souza Carreirão - UFPR

## **Jornalista Responsável**

Carlos Eduardo Morais Freitas

## **Equipe Técnica:**

Leonardo da Silveira Ev

Marcos Filipe Pinheiro de Lima

Thiago Prata Lopes Storni

## **Parceria**

Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas  
e Econômicas – IPESPE

## **Endereço**

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Ciência Política – DCP

Av. Antônio Carlos, 6.627 - Belo Horizonte

Minas Gerais – Brasil - 30850-021

+ (55) 31 3409 5007

email: [marketing-politico@uol.com.br](mailto:marketing-politico@uol.com.br)

As opiniões expressas nos artigos são de  
inteira responsabilidade dos autores.

ISSN 2176-4883

# EM DEBATE

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política  
Ano I, Número I, Setembro de 2009

## SUMÁRIO

---

<b>Editorial</b>	<b>4</b>
<b>Dossiê: “Mídia Ganha Eleição?”</b>	
• <b>Mídia, Deliberação e Opinião Pública</b> John Dryzek	<b>5-14</b>
• <b>Os Efeitos Midiáticos Limitados</b> Dalmir Francisco	<b>14-20</b>
• <b>Quando a Mídia Toma Partido</b> Vera Chaia	<b>20-23</b>
• <b>2010 - Uma Eleição Em Aberto</b> Luiz Lourenço	<b>24-28</b>
<b>Opinião</b>	
• <b>O Princípio da Alternância de Poder nas Eleições de 2010</b> Dalmo Dallari	<b>29-31</b>
• <b>As Eleições de 2009 para o Parlamento Europeu: Resultados e Indagações</b> Aquiles Magide	<b>32-42</b>
<b>Colaboradores desta edição</b>	<b>43-44</b>

## EDITORIAL

### *Mídia, Informação e Democracia*

A mídia, principalmente a televisão, tem adquirido uma função cada vez mais central na arena política brasileira. É por meio dela que o eleitor obtém grande parte das informações acerca da gestão pública e dos candidatos. Estamos completando apenas duas décadas de eleições diretas e consecutivas para presidente e, ao que parece, os meios de comunicação e as novas tecnologias se tornaram um instrumento fundamental para a realização de campanhas eleitorais.

Apesar do destaque que poderá vir a ser desempenhado pelas novas mídias e pelo marketing na próxima eleição, as discussões políticas passarão a freqüentar as salas de jantar dos eleitores de maneira assídua apenas com o início do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral. É nesse momento que começa o “tempo da política” e parcelas dos cidadãos passa a conhecer os candidatos, a situá-los como oposição ou situação e a associar-lhes qualidades que vão ajudá-los a definir a sua escolha.

O debate acerca da influência exercida pelos meios de comunicação na opinião pública, tem adquirido destaque nas discussões e pesquisas acadêmicas. Contudo, a relevância da mídia sobre a preferência do eleitor brasileiro é uma matéria que está longe de ser consensual. Por estas razões, o periódico **Em Debate** faz da relação mídia e política o tema de lançamento da sua primeira edição, ao propor o Dossiê **“Mídia Ganha Eleição?”**.

A Ágora Virtual em que poderá vir a se converter a Internet possibilitará a circulação de informações livres e a baixo custo. A Universidade pode usar este instrumento para intervir no debate político, ofertando ao público os seus conhecimentos, cumprindo desta forma, o seu dever de interagir com a sociedade.

O Grupo de Pesquisa **Opinião Pública: Marketing Político e Comportamento Eleitoral** faz a sua parte, ao produzir esta nova publicação, dirigida a todos que se interessam pelos rumos políticos do país. Afinal, o processo eleitoral sem informação independente e plural é pouco mais que uma loteria, cheia de incertezas, que não realiza os potenciais igualitários da democracia.

## MÍDIA, DELIBERAÇÃO E OPINIÃO PÚBLICA

*Media, Deliberation and Public Opinion*

John Dryzek

*Australian National University*

✉ John.Dryze@anu.edu.au

A equipe do **Em Debate** entrevistou o professor da Universidade Nacional Australiana, especialista em democracia deliberativa, na qual ele falou sobre o papel da mídia e dos processos deliberativos na formação da opinião pública.

**Em Debate:** Professor, o Senhor considera que os meios de comunicação, hoje, atuam como um *locus* de deliberação pronto a receber os fluxos comunicacionais advindos da periferia do centro político administrativo?

**John Dryzek:** Bom, não sou um estudioso da mídia, mas penso que a mídia tem um importante papel a desempenhar em qualquer democracia deliberativa. Isto é, assim que pensamos em deliberação na grande esfera pública, o papel dos meios de comunicação torna-se crucial. Mas, evidentemente, o desempenho da mídia pode também ser problemático, por razões bem conhecidas, em termos de sua dominação por... Bem, alguns imperativos comerciais e a falta de coberturas deliberativas. Então, penso que a mídia é essencial, mas também problemática, atuando, sim, nesse fluxo comunicativo.

**ED:** Para haver um processo deliberativo é necessária a interação discursiva sem coerções entre sujeitos moral e politicamente iguais, com vistas à prevalência do melhor argumento. As pessoas, em geral, têm interesse e especialização - conhecimento – necessários para participar deste debate?

**JD:** Penso que as pessoas, em geral, são capazes de participar deste debate. E penso que as pessoas comuns são capazes. O que ocorre é que não é fornecida a elas a oportunidade de participar. Há duas maneiras de responder a esta pergunta. Uma é dizer que a conversa diária possui um papel no sistema deliberativo. E isso é o ponto tratado em um *paper* muito importante de James Mansbridge, o qual foi publicado em 1999. A conversa diária não aparenta ser deliberativa. Mas ela tem um importante papel a desempenhar, apenas não atinge a consciência das pessoas em termos de que a discussão de assuntos cotidianos pode transmitir resultados para dentro da arena deliberativa. É claro que a maioria das pessoas que engajam seu direito na conversa cotidiana nem sempre realiza essa transição. Mas penso que, bom, ao menos em minha experiência, a maioria dos indivíduos é capaz de realizar essa transição, caso seja fornecida a eles a ocasião apropriada, a oportunidade apropriada. É por isso que tenho interesse em assuntos como os fóruns de participação popular, o Parlamento Popular Australiano<sup>1</sup>, o qual eu recentemente ajudei a organizar. É realmente impressionante como as pessoas têm interesse, envolvimento e opinião em relação à política se a elas é proporcionada a oportunidade de participar, quando estão em uma situação na qual elas têm tempo, têm informação, têm o acesso a conhecimentos especializados, têm facilitação daquela discussão. É impressionante o que podem fazer e como podem contribuir para a idéia da democracia deliberativa.

**ED:** A pesquisadora alemã Noelle-Neumann, na teoria da espiral do silêncio, defende que a mídia e a opinião pública tendem a reforçar o discurso hegemônico. Como as minorias, os sujeitos simbolicamente estigmatizados, podem reverter o processo de interação discursiva a seu favor?

**JD:** Bem, em parte trata-se de ativismo público e acredito... Bom... Acredito em algo defendido por Ricardo Fabrino. É muito uma questão desse tipo de ativismo, o qual pode introduzir vozes diferentes e marginalizadas na deliberação pública. Então, acredito que isto seja uma parte importante. Sim, eu entendo a dinâmica da espiral do silêncio, mas me parece que existem também formas de quebrar essa espiral. Certamente o ativismo político seria uma delas, assim como o desenho de diferentes processos em que pode ser dada voz às pessoas, de forma que elas não se sintam socialmente

---

<sup>1</sup> O Parlamento Popular Australiano compreende a idéia de provocar mudanças no processo de discussão e tomada de decisões políticas. Seu funcionamento ocorre a partir de uma seleção aleatória de 150 cidadãos australianos que discutem e conversam sobre as resoluções de problemas e propostas políticas para, em seguida, entregar as suas recomendações ao “Old Parliament House” Para mais informações, recomenda-se o acesso ao site [www.citizensparliament.org.au](http://www.citizensparliament.org.au).

constrangidas em dizer o que pensam, de forma que sejam criadas situações em que as pessoas possam realmente expressar sua verdadeira opinião ao invés das socialmente aceitas.

**ED:** A chamada esfera pública virtual e os meios de comunicação têm um papel cada vez mais central na política contemporânea. Mas, como exercer esse papel em um contexto de alta concentração da mídia, como ocorre no Brasil?

**JD:** Penso que a mídia é ainda mais concentrada na Austrália. Temos provavelmente duas ou três grandes corporações que dominam toda a mídia no país. Isso é um verdadeiro problema. Quero dizer, o lado bom é que, certamente, com a internet, temos acesso a fontes de informação mais alternativas, podendo a internet ser fonte de informação inclusive em outros países. Evidentemente o problema é que... Bom, uma minoria da população tem acesso à internet. Na verdade, provavelmente não uma minoria, mas uma minoria tem um acesso qualificado ao uso das diversas fontes na internet, o que pode ser outro problema. Mas penso que, certamente, novas tecnologias de comunicação, especialmente a internet, proporcionam uma diversidade maior de fontes de informação, de forma a ajudar a contrapor à concentração da propriedade das fontes de informação. Acho que ainda há um importante papel para uma abordagem mais condicionante que pode ser exercida através da presença de corporações públicas de transmissão e comunicação. Assim, não sei se vocês têm isso no Brasil, mas, na Austrália, temos o Conselho Australiano de Comunicação (*Australian Broadcasting Council*), que coordena a televisão e a rádio que são publicamente financiadas, não pertencentes a corporações privadas, ou seja, que não dependem da receita de propagandas, permitindo que ainda haja vozes mais independentes em vários assuntos, inclusive, vozes em que penso que muitas pessoas acreditam mais do que as da mídia privada.

**ED:** Alguns teóricos, como Bernard Manin, defendem que hoje os partidos não são mais o principal elo entre os governantes e o eleitorado. De que forma poderia, então, ser reconstituído esse elo (entre representantes e representados)?

**JD:** Parece mesmo que os partidos políticos estão em declínio. Não sei qual é a situação no Brasil, mas acho que, na maioria dos países, a adesão aos partidos diminui cada vez mais e há apenas uma base social muito estreita na filiação de cada partido, de forma que não há muito espaço para os canais (inaudível) dos

partidos, pelos quais a opinião pública é representada no sistema. É claro que os partidos políticos e os políticos eleitos reivindicam que, ainda assim, são legítimos representantes, com base no fato de que são eleitos. Bem, isso é verdade, mas acho que, em um mundo complexo, é muito difícil para os partidos políticos e os políticos eleitos representarem toda a diversidade de preocupações que existe na sociedade, aquelas que podem estar dispersas em várias consciências políticas, que podem ser muito difíceis de serem articuladas em uma campanha eleitoral. Portanto, acho importante se ter diferentes tipos de representantes. Eu mesmo trabalhei com a idéia de representantes discursivos; que representa sistematicamente a variedade de discursos na sociedade. Outras pessoas têm falado muito sobre outros tipos de representantes não-eleitos tendo um papel revisor, (inaudível), eles podem representar movimentos sociais, eles podem representar novas preocupações, as quais provavelmente... As quais podem não ser generalizadas o suficiente a ponto de serem realmente refletidas na política eleitoral, ao menos se você não pode ser eleito, ou se você apenas fundamenta essa preocupação. Portanto, é apenas uma... Acho que é importante se ter diferentes tipos de representação. A representação eleitoral é ainda crucial, naturalmente as eleições continuam a desempenhar um papel, mas penso que deve ser complementada com outras formas de representação, apenas para assegurar que todo o leque de preocupações, e interesses, e discursos estejam representados.

**ED:** Como a conjunção das instâncias deliberativas e representativas pode aperfeiçoar o sistema democrático?

**JD:** Essa é uma grande pergunta. Acho que há muitas maneiras disso ser realizado. Obviamente, sou um adepto da democracia deliberativa, tenho trabalhado nessa área desde... Bem, na verdade desde antes de eu ter um nome, por volta de trinta anos atrás. E vejo que a deliberação pode, fórmulas deliberativas podem contribuir de várias formas diferentes, elas ajudam em uma resolução mais efetiva de problemas sociais, dando voz à variedade de perspectivas a respeito de assuntos complexos, que podem ser integradas na resolução desses problemas. Essa é apenas uma maneira. Uma segunda forma é que a democracia deliberativa tem, penso um valor inerente (intrínseco) a ela, no sentido de permitir que as pessoas dêem voz às suas preocupações, e ela pode também contribuir para a legitimação das decisões coletivas. Quero dizer, essa é uma das idéias essenciais da democracia deliberativa, que uma repartição da (legitimidade) seja estendida às pessoas que estão sujeitas a ela; Em Debate, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 5-9, set.2009.

que tenham uma chance, ou o direito, ou uma oportunidade e a capacidade de participar do processo deliberativo. Então, acho que há várias maneiras da deliberação melhorar a forma como funciona a política. Ela pode, evidentemente, ser combinada com a democracia representativa. E às vezes... frequentemente pensamos a deliberação e a representação como pertencentes a diferentes esferas, mas isso não é necessariamente verdade. Podemos pensar em formas de fazer da democracia representativa mais deliberativa. Assim, há trabalhos sendo realizados a respeito de como os parlamentos, por exemplo, podem se tornar mais deliberativos. E assim devemos pensar sobre as formas que os fóruns de participação popular podem se ligar mais proximamente com a democracia parlamentar. Em vários sistemas, os membros do parlamento pensam que são o centro da política, que eles é que deveriam debater, e não estão realmente interessados em fóruns de participação popular. Podemos, ainda, imaginar uma aproximação dos fóruns de participação popular e dos parlamentos, algo que tem sido realizado em alguns países. Isso tem sido feito, de maneira bem sucedida, por exemplo, na Dinamarca, onde o parlamento deve sempre, isto é, por lei, deve responder (ser sensível) a recomendações de tipos particulares de fóruns de participação popular. Então, há, certamente, muitas formas em que a combinação pode ser muito frutífera.

Roteiro: Helcimara de Souza Telles e Carlos Eduardo Freitas (DCP/UFMG)

Entrevista: Aline Burni\*

Tradução: Aline Burni e Fábio Bouzada\*\*

---

\* Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG - vinculado ao projeto “Opinião Pública: Partidos Políticos e Comportamento Eleitoral” do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais.

\*\* Bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq - vinculado ao projeto “Opinião Pública: Partidos Políticos e Comportamento Eleitoral” do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais.

Em Debate, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 5-9, set.2009.

## MEDIA, DELIBERATION AND PUBLIC OPINION

John Dryzek

*Australian National University*

✉ John.Dryze@anu.edu.au

**Em Debate:** Professor, do you consider that the media acts as a locus of deliberation prepared to receive the communication flows coming from the periphery of the political administrative center, or the civil society?

**John Dryzek:** Right. Ok, I'm not a media scholar myself, but I think the media does have an important role to play in any deliberative democracy. This is, as soon as we think about deliberation in the large public sphere then the role of media is crucial. But of course, the role of the media is also problematic for some very well known reasons, in terms of the... its domination by... well, some commercial imperatives often by the very sensationalist....deliberative coverage. So the media, I think, is essential but also problematic and so it definitely does have a role, yes.

**ED:** To a deliberative process is necessary discursive interaction without constraints between individuals who are equal moral and politically, viewing the prevalence of the better argument. Do you think that people in general have an interest and expertise - knowledge - to participate in this debate?

**JD:** I think people, in general can. And I think ordinary people can. But it's not given them the opportunity to do so. There is really two ways of answering this question. One is to say that there is a role for everyday-talk in a deliberative system. And this is actually, this is the thing... with a very

important paper by James Mansbridge, which was published in 1999. Because everyday-talk, it doesn't look like it's deliberative. But it does have a role to play in... it just don't get people thinking about, about issues and then they may be away of transmitting the results of everyday-talk and into... more discursive deliberative arena. Of course most people that engage their right in everyday-talk themselves, never make that transition. But I think that, well, in my experience at least ,most individuals are capable of that transition, if you give them the right occasion, the right opportunity. And this is why I am interested in things like the citizens' forums, the citizens parliament in Australia, that I recently helped to organize, and there is really amazing that people have now prior, interest in, involvement in or expertise in politics if you give them the opportunity, put them in a situation where they have time, where they have information, where they have access to expertise, where they have facilitation of that discussion. It's amazing what they can do, and just how they really can, can major up to the idea of the deliberative democracy.

**ED:** Noelle-Neumann's spiral of silence theory argues that the media and public opinion tend to reinforce the hegemonic discourse. How the minorities, individuals symbolically stigmatized, can reverse the process of the discursive interaction in their favor?

**JD:** Well, partly is a matter of public activism and I believe, well, I mean... the defense that we hear today by Ricardo Fabrino, is very much a case of that sort of activism which can bring different voices and very marginal voices into public deliberation. So, I think that's an important part. Yes, I understand the dynamic of the spiral of silence, but it seems that there are ways to break the spiral as well. And certainly political activism is one of those. And also just the design of different processes in which people can give voice and not feel socially constrained in so doing, where they can really express their true opinions rather than the socially accepted opinions.

**ED:** The so-called virtual public sphere, the media, has an increasingly central role in contemporary politics. But how to exercise that role in a context of high concentration of the media, as happens in Brazil?

**JD:** Right. Yeah, the media I think is even more highly concentrated in Australia, we have maybe, you know, two or three big corporations that dominate all the media in the country. So that is the real problem. I mean, the good thing is that certainly with the internet we now have access to more alternative forms of media, and so that can be even media in different countries. Of course the problem is that ... well, just only minorities of people

have access to the internet... actually, maybe not a minority, but only a minority have access and knowledge to use diverse sources on the internet, so that can be an issue too. But I think certainly new communication's technology, and specially the internet, make more diverse sources of information available and so they help counteract the concentration of ownership. But I think there's too... still role for a much more conditional approach of this which is to have a publicly owned broadcasting corporation so... I don't know if you have this in Brazil, but, like in Australia we have the Australian Broadcasting Council, which runs television and radio which are publicly financed, which not owned by corporations, which do not depend on advertisement revenue and so that they can still have a more independent voice on many issues and also a voice which I think often many people believe more than the particularly owned media.

**ED:** Bernard Manin, as some other theorists, argues that today the parties are not the main link between the government and the electorate. How could then be reconstituted this link between representatives and represented?

**JD:** I think it seems rather well that political parties are in decline. I don't know what the situation is in Brazil, but I think in most countries the membership is falling and increasingly, there's just a very narrow social basis of membership in each party. So, there's not really much scope for the parties channels and by which public opinion is represented in the system. Of course political parties and elected politicians claim that even so they still are legitimate representatives on the basis they're being elected. Well, that's true, but I think in a complex world is very hard for political parties and elected representatives to represent all the variety of concerns that exists in the society, ones that may be dispersed across many different political, that may be just very hard to articulate in election campaign. And so, I think is important to have different kinds of representatives. I've worked myself with the idea of discursive representatives; it systematically represents the variety of discourses in society; other people have talked about very kinds of non-elected representatives having an ultimate role, offer themselves, they may represent social movements, they may represent emerging concerns which are probably... which may not be widespread enough to actually be reflected in the electoral politics at least If you can't be elected or if you just substantiate that concern. So there's just a... I think is important to have different forms of representations. Electoral representation is still crucial, of course the elections still have a role, but I think they must be supplemented by other

forms of representations, just to make sure that the full variety of concerns, and interests, and discourses are represented.

**ED:** How can the combination of deliberative and representative forums improve the democratic system?

**JD:** Oh, that's a big question. I think there are so many ways in which this can be done. Obviously I'm a believer in deliberative democracy, I've been working in this area since... well, actually since before I had a name, around thirty years now. And I see deliberation can, deliberative forms can contribute in so many different ways and they help make social problems-solving more effective, by giving voice to the variety of perspectives on complex issues that may be integrated into resolving social problems. That's just one way. The second is that deliberative democracy has I think an intrinsic value in the sense that it does allow people to give voice to their concerns, and can contribute to the legitimacy of collective decisions... I mean, this is really one the core ideas of deliberative democracy, that a division of would be extended to the people who are subjected to it, have a chance, or a right, or an opportunity and the capacity to participate in deliberation. So I think there are many ways in which deliberation can improve the way in which politics functions. It can, of course, be combined with representative democracy, and sometimes we think, we often think of deliberation and representation as being different spheres, but that's not necessarily true. We can think about ways of making representative democracy itself more deliberative. And so there's been some work done on how parliaments, for example, can be made more deliberative. And then we need to think about the ways that citizens' forums can be connected more closely with parliamentary democracy. They offer them a big difference... in many systems, members of parliament think that they are the central of politics, they should debate and really are not that interested in citizens' forums. We can also imagine bringing citizens' forums and parliaments closer together, and that's been done in some countries. It's been done very successfully, for example, in Denmark where parliament always I mean by must respond to the recommendations of particular kinds of citizens' forums. So there are certain many ways in which that combination can be very fruitful.

Roteiro: Helcimara de Souza Telles e Carlos Eduardo Freitas (DCP/UFMG)

Entrevista: Aline Burni\*

Tradução: Aline Burni e Fábio Bouzada\*\*

---

\* Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG - vinculado ao projeto “Opinião Pública: Partidos Políticos e Comportamento Eleitoral” do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais.

\*\* Bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq - vinculado ao projeto “Opinião Pública: Partidos Políticos e Comportamento Eleitoral” do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais.

Em Debate, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 5-14, set.2009.

# OS EFEITOS MIDIÁTICOS LIMITADOS

*The Limited Effects of Media*

Dalmir Francisco

Universidade Federal de Minas Gerais

✉ dalmirfrancisco@gmail.com

Só em condições excepcionais, a mídia em seu conjunto (mídia impressa e eletrônica) pode *de-terminar* e *de-finir* o pensar e o agir (decisão) conjuntural da maioria dos indivíduos de uma sociedade. Mídia ganha eleição? A resposta pode ser viabilizada pela reflexão sobre o caráter de toda comunicação da mídia na sociedade democrática contemporânea, massiva e globalizada e reflexão sobre o poder da mídia.

1. Nossa primeira reflexão é, pois, sobre o comunicar como processo de tornar algo comum. Em qualquer cultura e em qualquer comunidade, é a comunicação que realiza a mediação cultural entre indivíduos. Porém, não me refiro à comunicação comunitária, mas à comunicação midiática, massiva. Sobre essa forma contemporânea de comunicação, Molotch e Lester, em texto de 1974, enfatizam que toda gente precisa de notícia - necessidade invariante de relatos do inobservado —, para saber de acontecimentos (*happenings*) observáveis e significativos que não se pode assistir diretamente. Produzidas intencionalmente, as notícias são fundamentadas na rotina, nos acidentes e nos escândalos, além do *serendipity* (acaso feliz). Lester e Molotch afirmam que a necessidade de saber/controlar o que aconteceu é a verdadeira razão “para

fazer calendários, calcular o tempo, ou fazer planos para o futuro”. É deste modo que esses relatos são tornados como “acontecimentos reais e padronizados que são usados como referências temporais para o ordenamento do passado e do futuro”, que são construção sobre um infinito número de atividades não observadas diretamente e que são transformadas (pela narrativa) “em recursos disponíveis e realmente necessários – para dividir, demarcar e moldar a vida”. Onde o conceito de notícia/*happening* é da coincidência entre o que está “realmente acontecendo e o que as pessoas prestam atenção” (MOLOTCH & LESTER, 1993: pp. 34 - 36).

2. Nas sociedades contemporâneas, massivas, esses acontecimentos e narrativas, em nível macro, dependem da mídia para a sua difusão. Esta necessidade histórica confere à mídia e à comunicação midiática poder de estabelecer, de instruir, de formar, de educar, ou de instituir o real. Por isso, a comunicação contemporânea obteve o poder de agendar e de tentar impor o sentido de acontecimentos, pois a notícia é mais importante que o acontecimento em si, pois só a comunicação realiza esse fato / feito ao *informar* as massas de indivíduos. A comunicação midiática não impõe interpretações de fatos, pois a mídia é obrigada a considerar as forças do mercado, os interesses e força de expressão dos grupos sociais, o jogo social de oferta *vs.* demanda de informações, competência técnica e tecnológica da mídia para agendar/pautar acontecimentos, além dos valores culturais, éticos e morais da sociedade. A comunicação midiática é campo de ácida disputa pela vida e pelo poder. Essa disputa envolve nações e blocos econômicos, nacionalistas e globalistas, etnias e raças, empresários e trabalhadores, negros e brancos, homens e mulheres - com diversa disponibilidade afetiva-sexual e ou condição pessoal (faixa etária, necessidades especiais e outras). A mídia, portanto, participa da construção social da realidade. Rejeitamos, aqui, as correntes que afirmam que o jornalismo constrói a realidade social. Como

lembra Alsina (1993), se jornalismo e mídia construíssem a realidade, a realidade, para existir, dependeria do jornalismo e ou da mídia.

3. O terceiro aspecto dessa reflexão sobre se a mídia ganha eleição, discute as formas de possível controle da comunicação na sociedade contemporânea. Os estudos considerados, hoje, canônicos, sobre o controle da comunicação na sociedade contemporânea são, principalmente, o *agenda-setting* (EUA, 1968) e a chamada teoria da espiral do silêncio, do início da década de 1980.

3.1. A *agenda-setting* surge através de pesquisas comandadas por Maxwell McCombs sobre as eleições norte-americanas de 1968, em Chapel Hill - (McCOMBS, 1972) que buscava entre eleitores indecisos, a concordância entre a agenda dos candidatos a cargos políticos, a agenda das diversas mídias e a agenda pessoal dos indivíduos. O *agenda-setting* constrói sua hipótese afirmando que a influência dos meios de comunicação não reside na maneira como que eles fazem o público pensar, mas no que eles fazem o público pensar. Há um deslocamento, pois no lugar de buscar o efeito da comunicação junto aos públicos, na forma de como pensar um acontecimento, passa-se a buscar o efeito da comunicação a partir da tentativa de estabelecer, delimitar e enquadrar os públicos na forma do que pensar ou o sobre o que é importante pensar. Basicamente, o *agenda-setting* é forma de pesquisa de temas políticos nos pólos da emissão e o da recepção. O *agenda-setting* é condicionado por vários fatores, entre os quais estão as possibilidades de midiaticização de um tema (narração midiática de um fato, de um tema ou de um evento); pelas possibilidades de personalização (busca da identificação do tema com um sujeito - tornando-o mais compreensível para o público); pelas chances de dramatização (exploração ou criação de conflito(s) entre indivíduo(s), entre indivíduo(s) e instituição, ou entre instituições); ou, ainda, pela possibilidade de eventualização (provocar um evento, criação de factóide midiático. O *agenda-setting* é condicionado pela recepção que é, quase sempre,

um processo de reconstrução de mensagens por parte do receptor, o que implica: a) quanto maior proximidade e familiaridade do público com o tema, menor a dependência do público das informações da mídia e, b), ao contrário, quanto maior distância e menor familiaridade do receptor com o tema, maior a dependência do público da comunicação midiática.

3.2. A chamada espiral do silêncio é uma forma de controle da informação discutida por Elisabeth Noelle-Neumann, no seu livro de 1984, *The Spiral of Silence*, que apresenta uma teoria da opinião pública, elaborada a partir de pesquisa sobre as eleições de 1972, realizada na Alemanha. Nesta pesquisa, Noelle-Neumann denomina «*hipótese da espiral do silêncio*», ao silêncio que as pessoas ficam ou a fuga que as pessoas empreendem, diante de temas polêmicos (anti-semitismo, racismo, homossexualismo, eutanásia, aborto, genocídio). A inibição diante de uma opinião considerada dominante resulta na impressão de que esta opinião é mais forte do que realmente é e, a opinião considerada dominada aparece como mais fraca do que realmente é (silenciamento pelo medo do isolamento social). Deste modo, em um determinado universo social, quanto mais forte for a opinião dominante, maior será a tendência ao silêncio da opinião dominada ou minoritária. A tendência ao silêncio exige uma série de condições que podem ser assim resumidas: a) *Controle temático* pelo agendamento do mesmo fato por todas as mídias; b) *Controle tendencial* para obtenção de tratamento igual para o mesmo fato por todas as mídias; c) *Canalização* pela qual o fato é revestido com aparência de objetividade e pela a interpretação do fato como a verdade aceita pela maioria dominante e, finalmente a d) *Distinção*, que é a difusão do fato revestido com a aparente *liberdade de informação*.

3.3. As hipóteses do *agenda-setting* e da espiral do silêncio têm muito a ver com as leis de propaganda - conhecidas como: a) lei da simplificação: procurar condensar tema ou fato em mensagens simples, e com apelos às paixões

políticas; b) Lei do Inimigo único: atribuir ao indivíduo ou à raça ou à classe todos os males e contra o este ou esta se lançar todo o ódio do público; c) Lei da Orquestração: controlar toda a mídia para que o tema ou o fato seja tratado da mesma forma; d) Lei da Transusão: tentativa de tratar o tema ou o fato com valores tradicionais e o sentimento comum do público; e) Lei da Identificação: valorizar o tema ou o tratamento do fato como se fosse reflexo dos desejos e das aspirações da maioria; f) Lei da Unanimidade: afirmar o tema ou tratar o fato como se fossem da vontade geral *da maioria*, transformando outras posições em minorias derrotadas; g) Lei da Contrapropaganda: caracterizar toda a dissidência em relação ao tema ou ao tratamento dado ao fato como inimiga da vontade da maioria.

3.4. As leis da propaganda, a *agenda-setting* e a hipótese da espiral do silêncio, são formas contemporâneas de tentativa de controle da informação e do fluxo da informação e colocam no primeiro plano, a discussão sobre mídia e o controle da mídia. E é a discussão – sobre os limites do poder da mídia - que Lazarsfeld e Merton empreenderam (1944 / 1948) sobre os efeitos das mídias, junto aos cidadãos e à sociedade e que, após pesquisa empírica, indicaram que esses efeitos midiáticos são limitados. Essa limitação decorre do duplo fluxo que ocorre em toda situação de comunicação (LAZARSELD & MERTON, 1978). Os autores sublinharam que a comunicação interpessoal estaria em um mesmo patamar ou teria um mesmo *status* da comunicação produzida pela mídia – arriscando certa estabilidade e homogeneidade inexistente na sociedade norte-americana. Os autores investigaram as seguintes questões: quais são os possíveis efeitos da comunicação? Qual a influência da propriedade e da estrutura das mídias nos efeitos junto aos receptores? E quais são os efeitos dos conteúdos particulares sobre o público? Nesta investigação, são indicadas três questões fundamentais:

3.4.1. As mídias ganharam mesmo imenso poder – como instrumento para

fins pacíficos ou positivos ou fins negativos (os autores enfatizam a falta de controle sobre a propaganda e publicidade).

3.4.2. Lazarsfeld e Merton, na pesquisa sobre os efeitos do rádio e da televisão, destacam, ainda, que as técnicas de manipulação incluem as relações públicas, o patrocínio e a distribuição de prêmios nos programas rádio e de TV - manipulação da audiência. Há 61 anos, os pesquisadores indicavam que as mídias não atuavam isoladas da sociedade e da dinâmica da sociedade.

3.4.3. Lazarsfeld e Merton estão alinhados com os que temem os efeitos das mídias no nível cultural, no gosto artístico e estético e na chamada cultura popular.

4. Nesta crítica ao suposto poder ilimitado da mídia, Lazarsfeld e Merton, antecipam as conclusões do *agenda-setting* (1968 e, portanto, 24 anos antes) e da hipótese da espiral do silêncio (1984 e, portanto, 40 anos antes) quando afirmam que a mídia só ganha muito poder, quando: a) há monopolização dos meios de comunicação por parte de grupos econômicos ou pelo Estado; b) quando a mídia, além de monopolizada, tem os conteúdos difundidos politicamente orientados (orquestração / canalização temática e tendencial) e, finalmente, c) quando a mídia articula seu poder com os líderes de opinião (articulação das agendas entre ator político, mídia e líderes de opinião).

5. Em conclusão, essas tentativas de controle da informação na sociedade democrática, contemporânea, reconhecem uma realidade. Trata-se da existência real da diversidade de atores, de interesses e de conflitos que marcam as sociedades contemporâneas, democráticas. Tentar impor sobre o que pensar e ou sobre o *que pensar-e-como-pensar*. Traduz, por isso, uma forma de entrar no jogo democrático, de buscar fabricar o consenso e diminuir o

dissenso. Trata-se do conflito democrático para agendar a cobertura de fatos, de feitos humanos e conflito, também democrático, pelo sentido das notícias. Ora, o conflito e a disputa pelo sentido dos acontecimentos, dentro e fora da mídia, atravessam todos os processos, incluindo a disputa eleitoral, tornando muito difícil que a mídia possa, isoladamente, *de-finir* e *de-terminar*, a decisão do voto do cidadão, pois o processo eleitoral passa pela mídia e não é controlado pela mídia.

### **Bibliografia**

ALSINA, M. *La construcción de la noticia*. Barcelona: Paidós, 1993.

DOMENACH, J. M. *A propaganda política*. São Paulo: DIFEL, 1963.

LITTLEJOHN, S. W. *Fundamentos teóricos da comunicação humana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MOLOTCH, H.; LESTER, M. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, N. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Veja, 1993. pp.34-38.

LAZARFELD, P.; MERTON, R. Comunicação de massa, gosto popular e ação social organizada (1944/1948). In: COHN, G. (Org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. pp. 230 – 253.

MCCOMBS, M.; SHAW, D. The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*. 1972. v. 36, pp. 176-185.

## QUANDO A MÍDIA TOMA PARTIDO

*When Media Takes Position*

Vera Chaia

*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC SP*

✉ [vmchaia@pucsp.br](mailto:vmchaia@pucsp.br)

Há alguns anos atrás fui convidada a escrever sobre a temática “A mídia sempre tem candidato”. O que pude observar é que a mídia pode, sim, vencer as eleições quando ela se envolve totalmente com uma determinada candidatura.

Neste sentido é que as eleições de 1989 podem ser consideradas um marco na política brasileira, porque foi exatamente neste período que se restabeleceram as eleições diretas para Presidência da República no Brasil, após 21 anos de regime militar. Aquele processo eleitoral foi marcado por uma cobertura extremamente tendenciosa, com edições de debates políticos e com o apoio irrestrito por parte da mídia de uma determinada candidatura.

Toda a imprensa escrita, bem como a televisão e o rádio, destacaram o ‘fenômeno Collor’ como algo novo na política brasileira, ‘comprando’ o slogan de Collor como o ‘caçador de marajás’ e como o político que introduziria o Brasil no contexto internacional. Todos os outros candidatos e, principalmente, o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, foram desqualificados pela mídia.

Collor foi eleito como resultado deste trabalho executado pela mídia brasileira e coordenado pelas organizações Globo. Para que sua vitória se efetivasse, a equipe de Collor, corroborada pela cobertura da mídia, levantou acusações e calúnias contra Lula, inclusive aspectos de sua vida pessoal.

Após dois anos e nove meses, a imprensa mudou sua posição e começou a atacar Collor (corrupção, caixa dois, desmandos). Os ‘caras pintadas’ saíram às ruas exigindo a saída de Collor. O Congresso Nacional, depois de ouvir os apelos populares e também as elites políticas, resolveu abrir um processo contra o presidente Collor que resultou em seu *impeachment* ocorrido em dezembro de 1992.

Nas eleições presidenciais de 1994, o embate fundamental se daria entre FHC, do PSDB, que fez coligação com o PFL e parte do PMDB contra Lula, do PT. Naquele processo eleitoral, a mídia trabalhou também a favor de Cardoso e comprou o slogan de campanha do candidato situacionista: ‘defenda o Plano Real’. O candidato do PT era considerado opositor ao plano de estabilidade e, segundo fontes governamentais e a propaganda eleitoral do candidato do PSDB, traria a volta da inflação ao Brasil. A vitória de FHC se concretizou.

No ano de 1998, outro processo eleitoral aconteceu e novamente duas candidaturas se destacaram: a do Presidente Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do PT. A campanha eleitoral nestas eleições foi totalmente centrada na idéia da continuidade, qualquer ruptura era avaliada como extremamente negativa. Naquelas eleições, a política desapareceu dos telejornais e os debates políticos não se realizaram porque FHC se recusou a participar e as próprias emissoras de comunicação não se interessaram em promovê-los.

A eleição de 1998 trouxe outra novidade que favoreceu a candidatura de FHC, pois agora era permitida a reeleição. Para tanto, a Constituição Brasileira foi alterada para contemplar tais mudanças no sistema eleitoral. E uma novidade também favoreceu o candidato situacionista, agora o candidato não precisava se desincompatibilizar do cargo que ocupava. Isto significou dizer que Cardoso fez sua campanha eleitoral ocupando o cargo de Presidente da República. Esta questão foi fundamental para compreendermos como se deu a cobertura da mídia naquele processo eleitoral, porque os atos do governo se misturavam com as notícias da campanha eleitoral, determinando a vitória de FHC.

As eleições de 2002 começaram a ser articuladas após o pleito de 1998 e as candidaturas que se destacaram foram as de José Serra do PSDB; de Luiz Inácio Lula da Silva, do PT; de Anthony Garotinho, do PSB e de Ciro Gomes, do PPS. Naquele período eleitoral a mídia abriu espaço para que os candidatos

expusessem seus programas de governo, que precisavam ser conhecidos pelo eleitorado para se tornarem alternativas à candidatura Lula, já que a mídia sempre se posicionou contra este candidato. Somente no final da campanha, quando a vitória de Lula já estava praticamente definida, é que alguns setores da mídia começaram assimilar um pouco o candidato do PT.

Visando conseguir a vitória eleitoral, Lula e o PT mudaram e esta transformação começou após as eleições de 1998. O partido mudou sua estratégia política, formulou um programa partidário mais moderado e alterou a imagem do candidato, agora caracterizado como um trabalhador brasileiro, um político sério, humano e sensível. O lado radical dá lugar ao “Lula paz e amor”, ao “PT light”. As alas mais radicais do PT já haviam saído do partido.

O eleitor decidiu seu voto a partir de vários fatores: a própria mídia, a propaganda eleitoral, as preferências ideológicas e partidárias, a identificação e empatia com o candidato, as conversas e trocas de informações com parentes, amigos e colegas de trabalho. A construção da imagem dos candidatos e a visibilidade das candidaturas e das propostas sofrem edições de imagens e de falas envolvendo, em muitos momentos, a exposição da opinião de âncoras dos telejornais. Isto significa afirmar que não existe neutralidade e nem objetividade na construção das matérias jornalísticas.

Os principais candidatos que disputaram as eleições em 2006 foram: Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, candidato à reeleição; Geraldo Alckmin, ex-governador de São Paulo, o PSDB (embora negue, é ligado ao *Opus Dei*, ala conservadora da Igreja Católica); Heloisa Helena, do PSOL, ex-senadora pelo PT, expulsa do partido por discordar das posições de Lula no governo e Cristovam Buarque, do PDT, ex-ministro do governo Lula e ex-petista, foi exonerado de seu cargo através de um telefonema do presidente.

Determinados setores da mídia brasileira foram condescendentes com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no começo de sua gestão, pois Lula adotou uma política econômica de agrado das instituições financeiras internacionais e manteve no Ministério da Fazenda um político que se identificou e defendeu a política neoliberal, Antonio Pallocci, depois substituído pelo economista Guido Mantega.

Quase no final do governo de Lula estourou um escândalo político envolvendo antigos aliados de seu governo e setores do PT, escândalo esse conhecido como “Mensalão”.

A mídia exerceu um papel fundamental nesse escândalo político ao dar destaque, em suas edições diárias e semanais, às denúncias feitas por testemunhas, que englobavam desde a secretária de uma empresa de publicidade e propaganda até parlamentares com histórico político comprometido por outras práticas ilícitas em outros momentos da história política brasileira.

Lula conseguiu se desvencilhar de todos os escândalos e também do PT. Houve uma blindagem em torno dele. Mas isso não se deve somente a seu carisma. Em todos os escândalos apresentados, houve uma reação imediata do governo, com a divulgação das propagandas institucionais, uma contraposição. Foi uma estratégia fantástica do ponto de vista da campanha eleitoral. Não se deixava o assunto repercutir de forma demasiada, e foi por causa desta reação imediata do governo que sua imagem continuou positiva.

Estamos acompanhando a corrida eleitoral de 2010. A mídia está sendo fundamental na construção das imagens das prováveis candidaturas de José Serra ou Aécio Neves (PSDB), Dilma Rousseff (PT), Heloisa Helena (PSOL) e Marina Silva (PV). Agora a disputa eleitoral incorporou, com mais destaque, novas ferramentas propiciadas pela Internet. Se em 2006 as comunidades virtuais e os blogs tiveram uma importância significativa nas eleições, agora estamos acompanhando o Twitter, as inserções diárias de vídeos no Youtube e os debates e confrontos sendo desencadeados diariamente por essas novas ferramentas propiciadas pelas novas tecnologias nas eleições e que podem trazer novas surpresas nesta contenda eleitoral.

## **Bibliografia**

- CHAIA, Vera. 2002. A mídia sempre tem candidato. *Mundo - Geografia e Política Internacional*, São Paulo, v.1 p. 12 – 12, 02 maio de 2002.
- CHAIA, Vera. 2004. Eleições no Brasil: o “medo” como estratégia política. In: RUBIN, Antonio Albino Canelas. *Eleições presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política*. 1 ed. São Paulo: Hacker Editores, 2004, v. 1, p. 29-52.
- CHAIA, Vera. 2008. *Relatório final do projeto O uso das novas tecnologias na ação política no Brasil e na Espanha*. In: \_\_\_\_\_. *Eleições no Brasil em 2006*. 1 ed. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

## 2010 – UMA ELEIÇÃO EM ABERTO

*2010 – An Open Election*

Luiz Cláudio Lourenço  
*Universidade Federal da Bahia - UFBA*

✉ luizim@yahoo.com

No próximo ano, novamente, teremos uma eleição em que não haverá a possibilidade de reeleição. Isso muda o panorama da disputa e as possibilidades do candidato mandatário? Sim! Aumenta a importância da mídia, incluso debates, cobertura jornalística e horário gratuito de propaganda eleitoral? Sim! Para compreender isso é importante refletir o que a eleição de 2010 tem de comum e de específico em relação as nossas outras disputas eleitorais à presidência desde 1989.

Neste período democrático, nosso país experimentou dois tipos de eleições presidenciais: as com “presidentes-candidatos”, concorrendo à reeleição, e as com competidores que ainda não haviam estado na presidência. O estatuto da reeleição, de fato, mudou a composição de forças políticas para a disputa eleitoral à Presidência da República. Até agora, os presidentes que conseguiram terminar seus respectivos mandatos também conseguiram se reeleger. Contudo, o que continua inédito é fazer um sucessor após o período de oito anos de governo. Este é o desafio do atual governo Lula: deixar a administração do país nas mãos da sua atual pré-candidata, a Ministra Dilma Rousseff. Quero aqui fazer uma pequena reflexão acerca das possibilidades que a eleição de 2010 abre, comparando-a minimamente com as anteriores desde 1989. Este texto não pretende nada mais que levantar elementos para um debate e, num ponto de vista mais audacioso, propor algumas hipóteses plausíveis para serem testadas. Desnecessário dizer que as discussões acerca da

maior ou menor repercussão da mídia num contexto de não-reeleição estão para muito além de nossas pretensões aqui.

Olhando retrospectivamente, vemos que as eleições presidenciais mais competitivas foram justamente aquelas nas quais os presidentes eleitos não concorreram à reeleição, ou seja, as presidenciais de 1989 e 2002<sup>1</sup>. Isso decorre, por um lado, de uma série de fatores desencadeados pelo estatuto que permite a reeleição. É fácil supor que com esta prerrogativa, possível em todos os níveis do poder executivo, os mandatários que estão no governo têm uma maior preocupação com questões como a *accountability*<sup>2</sup>, a exposição positiva frente aos meios de comunicação, o investimento em publicidade de ações de governo e a menor contaminação com eventuais focos de corrupção. Além disso, há uma natural aliança eleitoral entre as forças políticas que sustentam e compõem a base das administrações em curso. A lógica que determina tais preocupações é justamente a da manutenção do poder tanto para mandatários quanto para aliados.

De outro lado, as disputas em que não há a possibilidade de reeleição do mandatário tendem a tornar as eleições mais competitivas. Em primeiro lugar, porque há a necessidade essencial e primeira de construir a imagem de um novo possível presidente, de uma liderança para o país. Não é fácil sustentar que o que está em jogo é um projeto de continuidade absolutamente igual ao do governo em curso. Isso porque é impossível que haja uma transferência automática do prestígio, dos índices de avaliação do governo e do carisma do governante para o seu candidato. Nosso país, embora tenha passado por um processo de consolidação institucional importante neste período, ainda é fortemente marcado pelo personalismo do voto para candidatos a cargos executivos (tendência observada também em muitas democracias hoje quando se trata de eleições majoritárias). Diferenças, tanto de estilos pessoais e políticos, entre o mandatário e seu candidato são

---

<sup>1</sup> Faço aqui uma menção à eleição de 1994, por algumas razões excepcionais. Itamar Franco não foi o presidente eleito em 1990, mas o vice de Collor de Melo. Itamar assumiu seu mandato em um contexto adverso e não conseguiu ser visto como “pai” de um importante feito político-econômico de nossa história: a estabilidade inflacionária gerada pelo Plano Real. Neste contexto, foi Fernando Henrique Cardoso quem ganhou destaque, o que o fez não apenas ser visto como Ministro da Fazenda, mas como o próprio governo em curso, tornando-se o “candidato natural” à presidência. Isso, por sua vez, fez com que formalmente tivéssemos uma disputa num contexto sem reeleição, mas substancialmente o que ocorreu foi uma continuação da implementação de um programa econômico, o Plano Real, tendo como avalista seu mais importante “patrono”. Não foi à toa que a retórica da campanha foi toda em prol continuidade da gestão econômica do país.

<sup>2</sup> *Accountability*: capacidade de prestação de contas do representante, ou governante ao eleitor.

suficientes para que o eleitor não compre barata a idéia de continuidade de gestão. Esta dificuldade de transferência de prestígio, de um presidente ao candidato que tem seu apoio, faz com que muitas vezes se adotem estratégias arriscadas e equivocadas.

Em 2002, o candidato José Serra adotou uma tática audaciosa e canhestra ao se propor como um candidato de “mudança”, diferente e descolado politicamente do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Esta retórica ambígua, que tentava mesclar o discurso da mudança de direção política ao mesmo tempo em que enfatizava realizações feitas no governo, não convenceu o eleitorado (LOURENÇO, 2007), estagnando as chances eleitorais dos *tucanos* fazerem um sucessor a Fernando Henrique na presidência.

O pleito de 2002 também foi importante para mostrar que fatos e eventos de campanha podem minar candidaturas da noite para o dia. Foi assim no caso do escândalo da Lunus, envolvendo a então pré-candidata Roseana Sarney (PFL, atual DEM) e, posteriormente, os factóides e declarações infelizes usados nas peças de campanha negativa contra o candidato Ciro Gomes (PPS). A propaganda negativa empreitada por Serra teve um efeito devastador para as pretensões presidenciais de Ciro. A percepção do eleitor-comum não perdoou Ciro que deixou escapar durante uma entrevista numa rádio que o ouvinte (que havia lhe questionado) “tinha que deixar de ser burro”. O fato ficou conhecido e passou a ser ecoado no eleitorado como “a vez em que Ciro chamou um eleitor de burro”. Daí por diante pouco pôde ser feito para manter as chances eleitorais e a boa impressão que Ciro estava deixando nos debates e na campanha de TV (LOURENÇO, 2009).

Um dado interessante e que me parece revelador do peso dos eventos de mídia nas campanhas sem candidatos disputando a reeleição, são os debates eleitorais (LOURENÇO, 2007). Verifica-se que os maiores índices de interesse da opinião pública por debates foram registrados justamente durante as campanhas de 1989 e 2002. Este maior interesse foi também acompanhado de uma maior cobertura destes eventos, na mídia, sobretudo a impressa. Soma-se a isso ainda os níveis mais expressivos de audiência obtidos para este tipo de programa televisivo, durante todo o período de 1989 a 2006.

Estas evidências mostram que o terreno em que se pisa quando não há reeleição é mais pantanoso e escorregadio, trazendo um caráter inédito às

disputas presidenciais recentes no Brasil. Estes riscos, contudo, não diminuem o número de competidores na disputa presidencial, ao contrário parecem incrementar a inscrição de candidatos. Tanto em 1989 como em 2002, tivemos mais candidatos efetivos e de partidos expressivos concorrendo ao cargo de presidente nos demais pleitos. Em 1989, com a abertura das disputas presidenciais diretas tivemos um total de 23 candidatos, dentre os quais um grande número de líderes políticos expressivos. Cito aqui, Ulisses Guimarães (PMDB), Aureliano Chaves (PFL), Paulo Maluf (PDS), Leonel Brizola (PDT), Roberto Freire (PCB), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Mário Covas (PSDB). Isso faz sentido se pensarmos que numa disputa desta natureza, o mercado político se encontra mais “igualitário” e aberto para a “livre concorrência” eleitoral, uma vez que os recursos diretos e indiretos advindos da presidência não estão dados de antemão.

Um último ponto e não menos importante, que parece comum a este contexto institucional representado pela impossibilidade de reeleição do presidente em exercício, é a antecipação da corrida presidencial para o período que antecede a campanha e o lançamento das candidaturas. Hoje (setembro de 2009) a disputa pela cadeira presidencial em 2010 já mobiliza uma parte importante dos quadros partidários nacionais e uma série de profissionais de várias áreas (comunicação, pesquisa de mercado, cientistas políticos, estatísticos, etc.), todos empenhados em garantir condições favoráveis aos nomes a quais estão ligados.

Lula já venceu alguns desafios eleitorais importantes, o maior deles foi sem dúvida a eleição de 2002. Este pleito foi particularmente interessante para romper com alguns ‘tabus’ eleitorais até então predominantes no país. A lógica de que o eleitor-comum seria conservador e não tenderia a votar num candidato que tivesse uma origem popular caiu por terra. Lula conseguiu uma vitória expressiva nos mais diversos estratos de nosso eleitorado, acabando com a falácia elitista de que “pobre não vota em pobre”. O desafio agora é justamente conseguir um feito difícilíssimo: fazer a sua sucessora. Apenas os presidentes Artur Bernardes e Itamar Franco conseguiram eleger seus sucessores. No caso específico de nosso atual presidente, uma sucessora mulher, com perfil e história de vida muito diferente da de Lula, talvez torne o feito ainda mais ousado. Se em 1994, a imagem de Fernando Henrique Cardoso estava firmemente atrelada à presidência e se confundia com ela, isso não acontece com Dilma. Apesar dos esforços do governo na construção da imagem da sua pré-candidata, inclusive com freqüentes idas aos palanques

junto ao presidente Lula, a opinião pública parece ainda não ver a Ministra como responsável pelas políticas em curso no país. Pelo que vimos até aqui, a construção da imagem da candidata terá um caminho árduo, sujeito aos eventos de uma campanha presidencial competitiva, com candidatos que tentarão toda sorte de estratégias e, na qual, os debates, o horário eleitoral e os fatos da campanha devem contribuir de maneira decisiva para a escolha eleitoral.

## **Bibliografia**

LOURENÇO, Luiz C. *Abrindo a Caixa-Preta: da indecisão ao voto: as eleições presidenciais de 2000*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

LOURENÇO, L. C. Propaganda Negativa: ataque versus votos nas eleições presidenciais de 2002. *Opinião Pública* (UNICAMP), Campinas, v. 15, n.1, p. 133-158, Jun. 2009.

## **O PRINCÍPIO DA ALTERNÂNCIA DE PODER NAS ELEIÇÕES DE 2010.**

*The Principle of Alternation of Power in the 2010 Elections*

Dalmo de Abreu Dallari

*Professor Emérito da Universidade de São Paulo*

No próximo ano, o povo brasileiro irá eleger um novo Presidente da República, o que deverá ocorrer dentro da mais absoluta normalidade, com pleno respeito às regras eleitorais democráticas consagradas na Constituição. O Presidente Lula, que já está na fase final do cumprimento de seu segundo mandato, não poderá ser candidato, apesar de gozar de enorme popularidade e de ter sua gestão aprovada pela grande maioria do povo brasileiro. A proibição do terceiro mandato consecutivo está expressa no artigo 14, parágrafo 5º, da Constituição, que assim dispõe: “O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente”, como foi o caso de Fernando Henrique Cardoso e está ocorrendo agora com Lula, mas findo o segundo mandato o Presidente deverá deixar o cargo, como determina a Constituição.

É interessante lembrar que em sua versão original, de 1988, a Constituição proibia a reeleição, os Constituintes haviam dado ao parágrafo 5º do artigo 14 a seguinte redação: “São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou

Em Debate, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 29-31, set.2009.

substituído nos seis meses anteriores ao pleito”. Ficava desse modo, proibida a eleição para um segundo mandato consecutivo. Foi o presidente Fernando Henrique Cardoso quem tomou a iniciativa de promover uma emenda constitucional, para que fosse permitida uma reeleição do presidente. Essa emenda, a 16ª feita na Constituição, foi aprovada pelo Congresso nacional em 4 de Junho de 1997, o que permitiu que o presidente Fernando Henrique Cardoso obtivesse um segundo mandato consecutivo.

Há poucos meses, vários órgãos da imprensa brasileira passaram a insinuar e depois a afirmar expressamente, com grande insistência, que o presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores, o PT, estariam articulando uma emenda constitucional, para dar ao presidente a possibilidade de concorrer a um terceiro mandato consecutivo. Apesar de reiteradas e veementes negativas do presidente, a imprensa insistia na afirmação da pretensão ao terceiro mandato, que condenava como grave ameaça à democracia no Brasil. Quando já era aberta e ampla a discussão desse tema, o Congresso Nacional teve a oportunidade de se pronunciar sobre o assunto, apreciando um projeto de emenda constitucional que permitiria o terceiro mandato, sendo autor do projeto o deputado Jackson Barreto do PMDB do Estado de Sergipe. Na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados foi relator do projeto do deputado do PT de São Paulo José Genoíno. Num voto magistral, muito incisivo e solidamente fundamentado, o deputado Genoíno sustentou que, se fosse aprovado, o projeto em questão iria ferir a democracia, impedindo a alternância no poder, que é um dos princípios básicos da democracia representativa consagrada na Constituição brasileira. Com essa fundamentação, concluiu que o projeto era inconstitucional, propondo seu arquivamento, o que teve ampla acolhida dos parlamentares, sepultando a idéia do terceiro mandato consecutivo.

Assim, portanto, o presidente Lula está impedido de apresentar sua candidatura nas próximas eleições presidenciais, uma vez que já está no

Em Debate, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 29-31, set.2009.

exercício de seu segundo mandato consecutivo. Nada impede que numa eleição futura ele volte a concorrer porque não será mais um mandato imediatamente consecutivo. Isso faz parte do sistema democrático vigente que se pode considerar consolidado, para felicidade do povo brasileiro, que poderá trabalhar por uma sociedade mais justa dentro dos parâmetros constitucionais, sem ameaça de uma recaída ditatorial.

## AS ELEIÇÕES DE 2009 PARA O PARLAMENTO EUROPEU: RESULTADOS E INDAGAÇÕES

*The 2009 Elections for the European Parliament: Results and Investigations*

Aquiles Magide

*Universidade Federal de Pernambuco*

✉ [aquilesmagide@terra.es](mailto:aquilesmagide@terra.es)

As eleições para o Parlamento Europeu celebradas no dia 07 de junho de 2009 provocaram alguns resultados que merecem ser analisados, tanto pelas evidências que os mesmos sugerem quanto pelas indagações que aparecem em vista dos mesmos.

### **As evidências**

Quanto às evidências, cabe destacar, em primeiro lugar, que o Parlamento resultante destas eleições reafirma a consolidação de uma maioria legislativa da direita política, não tanto por um incremento do número de parlamentares do Grupo Popular Europeu, que na verdade obteve um ponto porcentual a menos. A consolidação da direita ocorreu, sobretudo, devido ao declínio de parlamentares do grupo socialista, que deixa de controlar 27,64% das cadeiras que possuía em 2004, para deter 21,87% na presente legislatura<sup>1</sup>.

A outra circunstância que deve ser enfatizada é o incremento de

---

<sup>1</sup> O número de assentos no Parlamento Europeu é de 736, com a seguinte distribuição porcentual: Grupo do Partido Popular Europeu: 36%; Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu: 25%; Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa: 11,4%; Grupo dos Verdes/Aliança Livre Européia: 7,5%; Conservadores e Reformistas Europeus: 7,3%; Grupo Confederativo da Esquerda Unitária Européia/Esquerda Verde Nórdica: 4,8%; Europa da Liberdade e da Democracia: 4,3%; e Não Inscritos: 3,7%.

pequenos partidos que, apesar de numerosos, muitos deles possuem claras tendências anti-européias. Tais partidos alcançam uma representação próxima aos 13% da representação parlamentar. Outra situação é a ligeira subida dos Verdes, que passam dos 5,48% para os 7,2%.

A segunda evidência que os resultados trazem é a alta taxa de abstenção dos cidadãos europeus, que se situa em 57%. A baixa porcentagem de participação eleitoral sugere, pelo menos, duas reflexões: a) Confirma uma tendência progressiva de queda do comparecimento às urnas desde os primeiros processos eleitorais para o Parlamento Europeu até a atualidade. A evolução da participação foi de 67,2% nas primeiras votações até os meros 43% atuais. b) A abstenção é muito maior, em termos gerais, nos países de recente incorporação na União Européia, o que evidencia um escasso interesse dos cidadãos desses países com respeito às suas atribuições e à política que se realiza no marco da União, em contraste ao sucedido com os países que se incorporaram nos anos oitenta. A participação nestas eleições na Eslováquia foi de 19,64%; na Lituânia, 20,91%; na Polônia, 24,53% e na Romênia, 27,4%.

A terceira evidência que sugerem os resultados eleitorais, objeto da análise, é a derrota dos partidos socialistas nos países por estes governados. Com exceção da Eslováquia, nos demais países, estes partidos perdem as eleições européias; de um total de nove países governados por socialistas ou social-democratas na Europa, oito deles perderam as eleições. Isso ocorre da mesma forma nos países governados pela direita? A resposta é não: somente em cinco países de um total de dezoito governados pela direita, os partidos conservadores se viram superados pela oposição progressista, casos da Suécia, Grécia, Malta, Romênia e Dinamarca.

Desta maneira, o fortalecimento do bloco conservador no Parlamento Europeu, os altos índices de abstenção e o claro castigo aos partidos da

esquerda governantes na Europa são três dos traços mais visíveis do recente processo eleitoral.

### **As indagações**

No campo das indagações, as perguntas que aparecem são muitas e diversas. No entanto, nos limitaremos a ressaltar duas: uma em relação aos níveis de participação eleitoral; e outra que questiona o porquê da diferença entre o castigo aos governos socialistas vs. os governos conservadores.

Vejamos: por que a taxa de participação nos processos eleitorais para o Parlamento Europeu é menor em relação às eleições de cada país – as nacionais?<sup>2</sup> São numerosos os estudos que, a partir da ciência política, tentaram dar uma solução a esta questão sem que, até a atualidade, pudéssemos fornecer uma resposta satisfatória e generalizada ao por que desse comportamento dos cidadãos em cada um dos países membros da União Européia. Isso porque não só as leis são diversas – em alguns países o voto é obrigatório -, como também a cultura política e as demais regras institucionais são muito diferentes entre os membros da União. Contudo, podemos, sim, apontar algumas idéias a esse respeito, tais como a percepção que os cidadãos têm a respeito das instituições européias, e em particular do Parlamento Europeu, como também do papel que os próprios partidos e seus líderes imprimem aos processos eleitorais de âmbito europeu, que podem ajudar a formular uma explicação razoável a este fenômeno.

Quanto à primeira questão, os cidadãos dos países membros, como colocado por pesquisas que se vêm realizando com certa periodicidade, observam as instituições européias como um emaranhado burocrático de escassa relevância – apesar das competências do Parlamento Europeu serem maiores atualmente do que no passado -, e no melhor dos casos, como um

---

<sup>2</sup> A participação média nas eleições legislativas nos países da Europa se situa em torno de 75%.

lugar onde o que importa é a defesa dos interesses nacionais e não dos interesses do conjunto da União. Se acrescentarmos que, diferentemente daquilo que ocorre nos processos eleitorais nacionais, os resultados eleitorais nas eleições para o Parlamento Europeu não produzem ou geram um governo da União, é evidente que o nível de interesse em tais eleições por parte dos cidadãos é escasso, e, conseqüentemente, a participação eleitoral decai. Um ponto ainda a ser questionado a esse respeito – apesar de exigir um espaço consideravelmente maior e que não dispomos no momento – é o porquê da existência de um maior desinteresse dos cidadãos do antigo bloco soviético recentemente incorporados à União quando comparados à média da União, em contraposição ao que se sucedeu com os cidadãos dos países mediterrâneos que se incorporaram à Comunidade Européia e posteriormente à União, nos anos oitenta, e que tiveram grande entusiasmo com o processo<sup>3</sup>. Provavelmente, o tipo de sistema político de que partiam os primeiros e os últimos, e, sobretudo, o modelo de transição política operada em tais países, apresenta a explicação para a diferença no comportamento eleitoral e interesse pelas instituições européias em uns e outros casos.

Com referência à segunda questão colocada, por que os partidos da direita governante na Europa foram notavelmente menos castigados que a esquerda nos governos? As respostas a esta indagação têm variado de acordo com as perspectivas a partir da qual elas são abordadas, mas que, da mesma forma que a pergunta respondida anteriormente, nos atrevemos a especificar dois pontos que compreendemos como relevantes: a falta de liderança no campo socialista da Europa e a falta de coesão e de projeto político definido. Quanto ao primeiro, resulta especialmente significativa a incapacidade política dos Partidos Socialistas europeus, na campanha eleitoral, de apresentarem um único candidato à Presidência da Comissão Européia, optando, no caso do

---

<sup>3</sup> Nas primeiras eleições para o Parlamento Europeu celebradas na Grécia, a participação foi de 78,6%, na Espanha foi de 68,5% e em Portugal foi de 72,4%.

Partido Socialista Espanhol, entre outros, por apoiar Durão Barroso, à época Primeiro-Ministro de Portugal e retratado na famosa foto dos Açores junto com Bush, Blair e Aznar com relação direta à guerra do Iraque. Em referência à falta de coesão e de um projeto, basta observar a situação de conflito em que se encontra imerso o Partido Socialista Francês, ou ainda a inexistente alternativa da esquerda italiana frente ao bloco de Berlusconi.

### **Esse processo pode se repetir nas eleições brasileiras?**

A resposta que me atrevo a dar é que o processo de consolidação e fortalecimento do bloco conservador na Europa não é, por si, exportável ao Brasil, o que não significa que ele não se possa dar por causas e motivos diferentes dos apresentados e analisados. Os fatores relativos aos interesses das políticas nacionais que concorrem na Europa; a distinta relevância que a situação de crise econômica impõe aos europeus quando comparada a que afeta os cidadãos brasileiros; os impactos que alguns fenômenos têm nos comportamentos eleitorais em certos países da União, em particular os processos migratórios; a própria configuração partidária nos países da União e no Brasil, assim como as diferenças mais que notáveis em torno das divisões na escala esquerda/direita que se observa nessas áreas geográficas, e os problemas de liderança e alternativas que apontamos com respeito à esquerda na Europa, não possuem uma similitude que possa ser generalizada para o âmbito brasileiro, o que nos permite afirmar que, caso ocorra um processo de formação de uma maioria conservadora no Brasil nos próximos processos eleitorais, muito provavelmente as causas sejam particularmente diferentes das observadas na Europa.

Tradução: Tiago Prata Lopes Storni\*

---

\* Mestrando em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais e integrante do Grupo de Pesquisa 'Opinião Pública: Marketing Político e Comportamento eleitoral'.

## ELECCIONES DE 2009 PARA EL PARLAMENTO EUROPEO: RESULTADOS Y LAS INVESTIGACIONES

Aquiles Magide

*Universidade Federal de Pernambuco*

✉ [aquilesmagide@terra.es](mailto:aquilesmagide@terra.es)

Las elecciones al Parlamento Europeo celebradas el 7 de junio de 2009 han provocado unos resultados que merecen ser analizados, tanto por las evidencias que los mismos sugieren cuanto por los interrogantes que aparecen a la vista de los mismos.

### **Las evidencias**

En cuanto a las evidencias, cabría decir, en primer lugar, que el Parlamento resultante de aquellas elecciones confirma la consolidación de una mayoría parlamentaria de la derecha política, no tanto porque se haya producido un incremento del número de parlamentarios del grupo popular europeo-baja un punto-, si no por el descenso de parlamentarios del grupo socialista que pasa de tener el 27,64% de los escaños en 2004 a 21,87% en la presente legislatura.<sup>1</sup> Las otras circunstancias que deben ser reseñadas es el

---

<sup>1</sup> El número de escaños en el Parlamento Europeo es de 736, y su distribución en porcentaje es la siguiente: Grupo del Partido Popular Europeo:36%; Grupo de la Alianza Progresista de los Socialistas y Demócratas en el Parlamento Europeo:25%; Grupo de la Alianza de los Demócratas y Liberales por Europa:11,4%; Grupo de los Verdes/Alianza Libre Europea:7,5%; Conservadores y Reformistas Europeos: 7,3%; Grupo Confederal de la Izquierda Unitaria Europea/Izquierda Verde Nórdica:4,8%; Europa de la Libertad y de la Democracia:4,3%; y, No Inscritos: 3,7%

incremento de pequeños partidos, pero a la vez numerosos, muchos de ellos con claras tendencias anti-europeas, que alcanzan una representación cercana al 13% de la representación parlamentaria, y una ligera subida de los verdes que pasan del 5,48% al 7,2%.

La segunda evidencia que aportan los resultados es la alta tasa de abstención de los ciudadanos europeos, que se sitúa en el 57%. El bajo porcentaje de participación sugiere, al menos, dos reflexiones: A) Confirma una tendencia progresiva de pérdida de participación desde los primeros procesos electorales al Parlamento Europeo hasta la actualidad. La evolución de la participación ha sido desde un 67,2% en los primeros comicios hasta el mermado 43% actual. B) La abstención es mucho mayor, en términos generales, en los países de reciente incorporación a la Unión, lo que evidencia un escaso interés de los ciudadanos de esos países respecto de su pertenencia y de la política que se realiza en el marco de la Unión Europea, en contraste a lo sucedido con los países que se incorporaron en los años ochenta. La participación electoral en estos comicios en Eslovaquia fue del 19,64%, Lituania el 20,91%, Polonia del 24,53%, o en Rumanía del 27,4%.

La tercera demostración que sugieren los resultados electorales objeto de análisis, es la derrota de los partidos socialistas en los países en donde gobiernan. Con la excepción de Eslovaquia, en los demás países esos partidos pierden las elecciones europeas; de un total de nueve países gobernados por socialistas o socialdemócratas en Europa, en ocho de ellos pierden las elecciones. ¿Ocurre esto en igual forma en los países en donde gobierna la derecha? La respuesta es no: solamente en cinco países de un total de dieciocho en donde gobierna la derecha en Europa, los partidos conservadores se han visto superados por la oposición progresista, casos de Suecia, Grecia, Malta, Rumanía y Dinamarca.

Así pues, el fortalecimiento del bloque conservador en el Parlamento Europeo, altos índices de abstención, y castigo notable a los partidos de la izquierda gobernante en Europa, son tres de los rasgos más sobresalientes del reciente proceso electoral.

### **Los Interrogantes**

En el campo de los interrogantes, las preguntas que aparecen son muchas y diversas, si bien nos limitaremos a formular dos; una, en relación con los niveles de participación electoral; y la otra, cuestiona el por qué de la diferencia entre el castigo a los gobiernos socialistas versus gobiernos conservadores.

Veamos, ¿por qué la menor tasa de participación en los procesos electorales al Parlamento Europeo en relación con los procesos de elección nacionales?<sup>2</sup> Son numerosos los estudios que, desde la ciencia política, han intentado dar respuesta a esta cuestión sin que, hasta la actualidad, podamos dar una respuesta satisfactoria y generalizable al por qué de ese comportamiento de los ciudadanos en cada uno de los países miembros, y ello porque no solo las leyes electorales son diversas -en algunos países el voto es obligatorio -, si no porque la cultura política y las demás reglas institucionales son muy diferentes entre los miembros de la Unión. Sin embargo sí podemos apuntar algunas ideas al respecto, tales como la percepción que los ciudadanos tienen respecto de las instituciones europeas, y en particular del Parlamento Europeo, cómo del rol que los propios partidos y sus líderes imprimen a los procesos electorales de ámbito europeo, que pueden ayudar a una explicación razonable del fenómeno.

En cuanto a la primera cuestión, los ciudadanos de los países miembros, según ponen de manifiesto las encuestas que con cierta

---

<sup>2</sup> La participación media en elecciones legislativas en Europa se sitúa en torno al 75%.

periodicidad se viene realizando, observan a las instituciones europeas como un entramado burocrático de escasa relevancia – a pesar de que las competencias del Parlamento Europeo son mayores actualmente que en el pasado-, y en el mejor de los casos, como un lugar en el que lo importante es la defensa de los intereses nacionales y no los del conjunto de la Unión. Si a ello añadimos que, a diferencia de que lo que ocurre en los procesos electorales nacionales, los resultados electorales en las elecciones al Parlamento Europeo no producen o generan un gobierno de la Unión, es evidente que el nivel de interés en tales elecciones por parte de los ciudadanos es escaso, y consecuentemente la participación electoral decae. Un apunte más al respecto - si bien requeriría más espacio del que ahora disponemos- es interrogarnos sobre el por qué existe un mayor desinterés de los ciudadanos de los países del antiguo bloque soviético recientemente incorporados a la Unión respecto de la media de la Unión, en contraposición a lo que sucedió con los ciudadanos de los países mediterráneos que se incorporaron a la Comunidad Europea y posteriormente Unión, en los años ochenta, y que fue de gran entusiasmo en relación con ese proceso<sup>3</sup>. Probablemente, el tipo de sistema política del que partían unos y otros, y sobre todo el modelo de transición política operada en tales países, aporte explicación a ese diferente comportamiento electoral y de interés por las instituciones europeas en unos y otros casos.

Referente a la segunda cuestión planteada, ¿por qué los partidos de la derecha gobernante en Europa fueron notablemente menos castigados que la izquierda en los gobiernos?. Las respuestas a este interrogante varían según las perspectivas desde las que se aborden, pero, de igual forma que en la pregunta anteriormente formulada, nos atrevemos a reseñar dos que entendemos relevantes: La falta de liderazgo en el campo socialista en Europa,

---

<sup>3</sup> En las primeras elecciones al Parlamento Europeo celebradas en Grecia la participación fue el 78,6%, en España el 68,5%, y en Portugal el 72,4%.

y la falta de cohesión y de proyecto político definido. En cuanto a lo primero, resulta especialmente significativa la incapacidad política de los Partidos Socialistas europeos, en la campaña electoral, de presentar un solo candidato a la Presidencia de la Comisión Europea, optando, en el caso del Partido Socialista Español, entre otros, por apoyar a Durao Barroso, a la sazón Presidente de gobierno de Portugal en la famosa foto de las Azores junto con Bush, Blair y Aznar en relación con la guerra de Irak. En referencia a la cohesión y falta de proyecto, basta observar la situación de conflictividad en la que se encuentra inmerso el Partido Socialista francés, o la inexistente alternativa de la izquierda italiana frente al bloque de Berlusconi.

### **Es Trasladable este processo a Brasil?**

La respuesta que me atrevo a dar es que el proceso de consolidación y fortalecimiento del bloque conservador en Europa no es extrapolable por sí mismo a Brasil, lo cual no significa que pueda darse aún por causas y motivos diferentes a los analizados. Los factores relativos a los intereses de las políticas nacionales que concurren en Europa; la distinta relevancia que la situación de crisis económica impone a los europeos en relación con la que afecta a los ciudadanos brasileños; los impactos que algunos fenómenos tienen en los comportamientos electorales en ciertos países de la Unión, en particular los procesos migratorios; la propia configuración partidaria en los países de la Unión y en Brasil así como las diferencias más que notables en cuanto a ubicación en la escala derecha/izquierda que se observa en ambas áreas geográficas, y los problemas de liderazgos y alternativas que dejamos apuntados respecto de la izquierda en Europa, no tienen similitud generalizable en el ámbito brasileño, lo que nos permite afirmar que, de ocurrir un proceso de conformación de una mayoría conservadora en Brasil en los próximos procesos electorales, muy probablemente las causas sean especialmente diferentes a las observadas en Europa.

Tradução: Tiago Prata Lopes Storni\*

---

\* Mestrando em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais e integrante do Grupo de Pesquisa 'Opinião Pública: Marketing Político e Comportamento eleitoral'.

## SOBRE OS COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

**Aquiles Magide** é Advogado e Doutor em Ciência Política e Administração Pública pela *Universidad de Salamanca* (USAL, Espanha). Possui estudos na área de partidos políticos e elites políticas, em especial elites parlamentares. Foi professor de Ciência Política na *Universidad de Salamanca* e no *Centro de Zamora da Universidad Nacional de Educación a Distancia*. Atualmente, é professor convidado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

**Dalmir Francisco** é Doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e atua como professor associado do Departamento de Comunicação Social, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Tem experiência na área de Comunicação e Cultura, com ênfase em Jornalismo e atua principalmente nos temas: Jornalismo, Comunicação, História, Política, Negritude e Comunicação e Cultura.

**Dalmo Dallari** é Professor Emérito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Foi Diretor da Faculdade de Direito da USP entre 1986 e 1990. Uma de suas obras destacadas é *Elementos de Teoria Geral do Estado*. No ano de 2001, publicou obra pioneira acerca de perspectivas do Estado para o futuro - intitulando-a de *O Futuro do Estado*, em que trata do conceito de Estado mundial, do mundo sem Estados, dos chamados Super-Estados e dos múltiplos Estados do Bem-Estar.

**John Dryzek** é Professor de Ciência Política na Universidade Nacional da Austrália (ANU) e membro do *Australian Research Council Federation* (ARCF). Foi diretor dos Departamentos de Ciência Política das Universidades de Oregon nos EUA e de Melbourne, na Austrália. É também membro da Academia de Ciências Sociais da Austrália e Editor da Revista Australiana de Ciência Política. Tem experiência na área de Ciência Política e atuação de destaque nas áreas de Teoria Democrática e Políticas Ambientais.

**Luis Cláudio Lourenço** é Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e atua como Professor Adjunto do Departamento de Ciência Política na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Tem experiência na área de Ciências Sociais e atua principalmente nos temas: Eleições, Segurança Pública, Controle Social, Cidadania e Sociedade.

**Vera Lucia Michalany Chaia** é Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e atua como professora associada da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Tem experiência na área de Ciências Políticas, com ênfase em Comportamento Político e atua principalmente nos temas: Comunicação política, Atitude e ideologias Políticas, Classes Sociais e Grupos de Interesse.